

Ao Presidente
e membros
da
Comissão Eventual da Assembleia da República
para os Assuntos de Timor-Leste

Na sequência de contactos havidos com alguns membros dessa Comissão, julgá-
mos útil enviar algumas notas breves sobre a questão de Timor-Leste na ONU:

1. Órgãos da ONU onde tem sido tratada a questão de T.-L.:
 - a) Conselho de Segurança.
 - b) Assembleia Geral (AG).
(Reúne de Set. a Out.)
 - c) Comissão dos Direitos Humanos (CDH).
 - d) Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias.
 - e) Comissão Especial de Descolonização (Comité dos 24)

* A CDH e a Subcomissão das Minorias fazem parte do Conselho Económico e So-
cial; deste faz parte também uma Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pa-
cífico na qual nunca foi abordado o problema de Timor-Leste (por falta de propos-
tas e acções nesse sentido?).

* Tribunal Internacional de Justiça (Tribunal de Haia) - Tem sido ventilada
a hipótese de a questão poder ser aí discutida. Nos últimos dois anos a Fretilin
tem sugerido que se estude a hipótese de pedir ao Tribunal um parecer consultivo
sobre se houve ou não acto de autodeterminação em Timor-Leste. Contudo, desco-
nhecemos qualquer iniciativa concreta de Portugal ou outro país junto do Tribunal.

2. Quanto aos factos mais prementes para 1984:

a) Em 1983 os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa envia-
ram dois memorandos sobre T.-L. ao Conselho de Segurança, que não se pronunciou.

b) A AG também não se pronunciou em 1983. (Aliás, não havia trabalho diplo-
mático, nomeadamente da parte de Portugal, que permitisse fazer passar com segu-
rança uma proposta favorável a T.-L.)

O Secretário-Geral prepara a inclusão no seu relatório anual de um ponto so-
bre T.-L. Tal como aconteceu em 1983, pensa-se que fará o ponto da situação quan-
to às tarefas que lhe foram incumbidas e proporá o adiamento da discussão para
1985 (e a continuação do seu mandato nesta questão). Esta posição deverá ter a
concordância de Portugal e da Indonésia, para o que estão em curso consultas a-
través dos embaixadores respectivos. Em Julho/Agosto o relatório deverá ser tor-
nado público.

Fala-se na hipótese de um encontro entre ministros dos negócios estrangei-
ros de Portugal e Indonésia, em Nova Iorque, alguns dias antes da AG.

c) A CDH costuma reunir em Genebra, em Fevereiro; tem duas fases de funciona-
mento: sessões públicas e sessões confidenciais.

Em 1982 e 1983 produziu duas resoluções, aprovadas nas sessões públicas. Em
1984, na sessão pública, foram ouvidos: Portugal, Indonésia (observadores); monse-
nhor Martinho Lopes, pela Pax Christi, e Rajkumar, pela Pax Romana (ONGs - orga-
nizações não governamentais); ouvidos também países membros da CDH, como, p. ex.
Moçambique. Portugal e a Indonésia fizeram um pequeno documento denominado "nota
verbal dirigida ao Secretário-Geral" e que circulou na CDH. Desta feita só na
sessão confidencial foi tomada posição (resolução?), não sendo portanto conheci-
do o seu teor.

Em 1985 a questão de T.-L., em princípio, apenas será discutida na sessão
confidencial - a não ser que países membros e ONGs apresentem documentação actu-
al e credível que justifique uma proposta de discussão na sessão pública. Esta
documentação deve dar entrada até final de Julho/84.

- d) Subcomissão das Minorias - reúne geralmente em Agosto; as resoluções a-

qui aprovadas são fundamentais para o desenrolar do debate na CDH.

O caso de T.-L. será certamente discutido este ano na Subcomissão; prevê-se a presença de monsenhor Martinho Lopes.

(Carecemos de mais informações.)

e) Comité dos 24 - reúne geralmente em Agosto.

Para este ano, o presidente do Comité terá distribuído aos membros da Comissão uma nota confidencial propondo que o caso de T.-L. não seja discutido.

De todo este conjunto de informações disponíveis concluímos que: a) se não se adoptarem acções diplomáticas adequadas, a questão de T.-L. será progressivamente silenciada ou mesmo retirada das várias comissões onde tem sido objecto de discussão e resolução, b) com inevitáveis consequências na AG, c) o que constituirá uma vitória para a diplomacia indonésia e lhe facilitará as tentativas de anexação e o atropelo aos direitos humanos e à Resolução 1514 (XV); d) é falsa a ideia de que Portugal esteja "a priori" numa posição de "inferioridade" e "pequenez", e) mas é um facto, pelo contrário, que não tem havido vontade política da parte dos órgãos de soberania portugueses para utilizarem os instrumentos ao seu alcance e os optimizarem na resolução do caso de T.-L. (a possibilidade de recurso a algumas instâncias internacionais competentes nem sequer foi utilizada - das quais citámos mais acima, p. ex.).

Finalmente, note-se: que o caso de T.-L. também é um problema nacional (no sentido rigoroso expresso no texto da Constituição, onde se consagra o direito à autodeterminação de T.-L. e a responsabilidade portuguesa), e um problema de forma alguma "menor", tanto no plano dos princípios como no das consequências práticas; que, também nesta questão, se exige uma política e uma actuação; que a definição e execução destas está por fazer e compete ao Governo e ao PR; que, na ausência de uma política definida e perante uma falha grave do executivo, a AR tem uma acção fundamental a desempenhar, sob pena de se ver esvaziar o seu papel como garante do funcionamento das instituições democráticas em Portugal - e neste caso com consequências dolorosas para o povo maubere, também.

Esperando que estas notas sejam úteis para que os órgãos de soberania tomem as iniciativas que a situação e as responsabilidades morais, políticas e legais de Portugal exigem, nos subscrevemos

com os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 18 de Junho de 1984

Pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere,

Rui Viana Pereira